



**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
EXERCÍCIO 2019**

PUBLICADO NO QUADRO

MURAL EM 20/12/18

CFE. LEI MUN 602/2012

ORIENTA E DEFINE METAS ACERCA DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA DO CONTROLADOR INTERNO PARA O ANO DE 2019.

Ivan Grunevald
Matrícula 1251-3
Controlador Interno

I - INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria apresentado pelo Controlador Interno visa apresentar as principais atividades a serem executadas no exercício 2019. Os trabalhos a serem realizados propiciarão ações preventivas e de orientação às Unidades Gestoras com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, publicidade e transparência das gestões administrativas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais, proporcionando aos gestores a correta e adequada aplicação dos recursos públicos, conforme consta na Constituição Federal de 1988 no art. 31. O Sistema de Controle Interno possui fundamento na Lei Municipal nº 314/2003 e Decreto de Regulamentação nº 1962/2011, que estabelece as normas de controle interno;

Considerando que consta na Instrução Normativa N. TC-020/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/SC;

Considerando a necessidade de atualização, monitoramento, acompanhamento, fiscalização, capacitação e padronização dos atos e atividades dos Controles Internos Municipal de responsabilidade de cada funcionário;

Considerando que um dos objetivos do Sistema Municipal de Controle Interno é deixar de ter apenas o aspecto verificador e fiscalizador da legitimidade e da legalidade e passar a realizar um controle de resultado, transformando-se em instrumento de gestão e gerenciamento para a Administração Municipal, garantindo a população uma prestação de serviço eficiente, com o



mínimo de recurso, sem desvios ou desperdícios, tornando-se imperativo para que se obtenha um gasto econômico, legal e eficaz sem qualquer outra forma de dano ao erário;

Considerando as dúvidas emanadas pelos setores, quanto ao planejamento e atividades a serem desenvolvidas bem como outros processos que se caracterizam como partícipes do Sistema Municipal de Controle Interno;

Diante disso o Controlador do Município, responsável pelo Sistema Municipal de Controle Interno por meio de seu representante, **apresenta** seu Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2019, com o **objetivo de**, verificar os atos praticados pelos funcionários responsáveis pelos setores e padronizar as atividades gerais a serem desenvolvidas relatando os pontos fortes e os pontos fracos encontrados, como também proporcionar ações e orientações preventivas apurando possíveis falhas, irregularidades e apurando possíveis danos ao erário.

II - O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, AS DEPENDÊNCIAS E OS DOCUMENTOS

O Controlador interno do Município, no exercício de suas funções, munidos de autorização específica terá livre acesso a todas as dependências, documentos e registros do órgão a ser verificado, que considerarem indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, devendo guardar sigilo das informações.

Se for negado acesso ou criado qualquer obstáculo ao desempenho de suas funções, o fato será comunicado imediatamente ao Prefeito Municipal ou pessoal por ele designado, que tomará as providências necessárias.

III - PROGRAMA DE TRABALHO

As atividades estão constantes no Anexo Único deste Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para 2019 e foram definidos pelo Controlador do Município. Os trabalhos serão realizados in loco, orientados por check list elaborado pelo Controlador Interno baseado em entrevistas com os servidores das áreas de abrangência, verificação de registros e documentos.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades contempladas no Plano Anual de Auditoria Interna não são definitivas e/ou exaustivas, podendo ser revisadas a qualquer tempo, acompanhando o cumprimento de novas



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

propostas, conforme demanda pela Controladoria Interna, Prefeito Municipal, funcionários, por denúncias ou outros fatores internos. O relatório conclusivo será emitido até dezembro de 2019.

Controladoria Geral do Município, em 20 de dezembro de 2018.

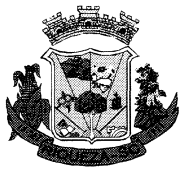
Encaminha-se para o Prefeito Municipal e o Secretário de administração e finanças para análise e sugestão.

<input checked="" type="checkbox"/> Defiro	<input type="checkbox"/> Indefiro
Riqueza, SC, <u>20/12</u> /2018	 _____ RENALDO MUELLER Prefeito de Riqueza
Ciente em <u>20/12</u> /2018	 _____ ADEMAR A. PIGNATT Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2019

AÇÃO Nº 1	AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	No Setor de Recursos Humanos: as rotinas de recursos humanos devem ser cuidadosamente acompanhadas em função do volume de recursos envolvidos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de irregularidades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficazes e eficientes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Verificar o cumprimento da Instrução Normativa N. TC-11/2012, avaliar a Gestão de Recursos Humanos sob os aspectos da Legalidade.
ESCOPO	Análise realizada por amostragem, envolvendo a documentação funcional, folha de pagamento, nomeações e exonerações.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor de Recursos Humanos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

AÇÃO Nº 2	AUDITORIA INTERNA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No FMS</u> : a utilização de controles internos eficientes é fundamental para garantir a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedades ou irregularidades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficazes e eficientes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Assegurar que as rotinas administrativas estejam em conformidade com a legislação pertinente, garantindo o cumprimento das atividades inerentes às prestações de serviços de saúde, bem como o gerenciamento logístico eficiente de pessoal e material capaz de atender prontamente às necessidades do Fundo.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> envolvendo análise dos registros, das condições de trabalho, das instalações e distribuição de bens e serviços a fim de garantir a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao Fundo. As avaliações serão feitas por amostragem.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Fundo Municipal de Saúde.

AÇÃO Nº 3	AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE COMPRAS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor de Compras</u> : avaliar a aplicabilidade da Lei de Licitações e Contratos – Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02, da Lei Complementar 123/06 e congêneres. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficazes e eficientes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Avaliar a regularidade dos processos licitatórios realizados pela Jurisdicionada, incluindo as dispensas e inexigibilidade de licitação, abordando: objeto e valor da contratação; fundamentação da dispensa/inexigibilidade; identificação do contrato (nome/razão social/CPF/CNPJ)
ESCOPO	Estabelecer procedimentos que poderão contribuir com o aprimoramento das técnicas de auditoria na administração pública, especificamente quanto a licitação e contratos administrativos, bem como tornar mais fácil o manuseio da Lei nº 8.666/93.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019, fracionado por tipo/modalidade de licitação e grupo de Bens, de escolha aleatória.
LOCAL	Setor de Compras.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

AÇÃO Nº 4	AUDITORIA INTERNA NA CÂMARA DE VEREADORES
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	Na Câmara de Vereadores - a utilização de rotinas administrativas eficientes é fundamental para garantir a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficientes e eficazes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Avaliar e Aferir a confiabilidade e a fidedignidade dos registros dos mecanismos de controle, conforme legislação pertinente, com o fim de evitar a má aplicação dos recursos disponíveis.
ESCOPO	Os exames envolverão levantamento de possíveis divergências nos atos administrativos expedidos. As inspeções serão feitas por amostragem.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Câmara de Vereadores.

AÇÃO Nº 5	AUDITORIA INTERNA NO SETOR PATRIMÔNIO
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	No Setor de Patrimônio - a utilização de rotinas administrativas eficientes é fundamental para garantir a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficientes e eficazes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Avaliar a confiabilidade e a fidedignidade dos registros e dos mecanismos de controle, conforme legislação pertinente, evitando que o controle inadequado acarrete má utilização ou má conservação dos Bens, bem como, evitar possíveis desvios.
ESCOPO	Os exames envolverão levantamento de possíveis divergências entre os relatórios emitidos pelo Setor de Patrimônio e a escrituração contábil, avaliação quanto à fidedignidade dos registros por meio de verificação <i>in loco</i> da existência Física dos Bens, de acordo com os termos de responsabilidade, verificação das condições de armazenamento e destino de Bens inservíveis. As avaliações serão feitas por amostragem.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor de Patrimônio.

AÇÃO Nº 6	AUDITORIA INTERNA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
------------------	--

af.

af.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	Na Secretaria de Educação e Cultura - a utilização de rotinas administrativas eficientes é fundamental para garantir a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de impropriedades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficientes e eficazes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Avaliar e Aferir a confiabilidade e a fidedignidade dos registros dos mecanismos de controle, conforme legislação pertinente, com o fim de evitar que o controle inadequado acarrete má aplicação dos recursos disponíveis, bem como, evitar possíveis desvios.
ESCOPO	Os exames envolverão levantamento de possíveis divergências nos atos administrativos expedidos. As inspeções serão feitas por amostragem.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Secretaria de Educação e Cultura.

AÇÃO Nº 7	AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE CONTABILIDADE
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor de Contabilidade:</u> a utilização de controles internos eficientes, é fundamental para garantir a regular aplicação dos recursos públicos, de modo a diminuir a possibilidade de incorreções e/ou atos de irregularidades. O resultado esperado da ação é assegurar a utilização de rotinas eficazes e eficientes, além de garantir a adequação à legislação pertinente.
OBJETIVOS	Assegurar que as rotinas de contabilidade e tesouraria estejam em conformidade com as orientações técnicas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e outras e legislações pertinentes.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação contábil.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Departamento de Contabilidade.

AÇÃO Nº 8	AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor de tributação:</u> Com base na Instrução Normativa TC 20/2015, do TCE/SC e demais legislação em vigor,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

OBJETIVOS	Proceder-se-á a avaliação sobre a arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, incluindo serviços ou horas máquinas.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação junto ao setor.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor de Tributação.

AÇÃO Nº 9	AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE CONTABILIDADE
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor de contabilidade:</u> Com fulcro na Lei Federal nº 4.320/64 e orientações dos artigos 36 a 43 da IN 20/2015 do TCE/SC.
OBJETIVOS	Verificar a execução das despesas públicas nas fases de empenho, liquidação e pagamento.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação junto ao setor.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor de Contabilidade.

AÇÃO Nº 10	AUDITORIA INTERNA EM SETORES DIVEROS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>Nos Setores diversos:</u> A publicidade legal é a que se destina a dar conhecimento de Atos Oficiais, legais e administrativos tais como: Leis, decretos, editais, balanços, portarias, contratos, licitações, instruções normativas, relatórios, entre outros. A legislação assegura ao cidadão o acesso à informação, e ao Gestor Público a responsabilidade de publicar todos os Atos, consagrando seu caráter de transparência. A publicação dos atos Oficiais atenderá aos requisitos de autenticidade, de integridade e de validade jurídica.
OBJETIVOS	Verificar a publicidade no Portal da Transparência – Publicações, Portal, Lei de Acesso à Informação, Audiências públicas.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação junto a cada setor.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIQUEZA
CONTROLADORIA INTERNA

PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setores Diversos.

AÇÃO Nº 11	AUDITORIA INTERNA EM REPASSE DE RECURSOS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor Responsável:</u> Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015, do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres, discriminando: volume de recursos transferidos; situação da prestação de contas dos recebedores do recurso; situação da análise da prestação de contas pelo concedente.
OBJETIVOS	Verificar a aplicação da Lei nº 13.019/2014. Termos de Parceria e Fomento. Chamamento público. Aplicabilidade. Prestação de Contas.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação junto ao setor.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor Responsável.

AÇÃO Nº 12	AUDITORIA INTERNA EM DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS
RELEVÂNCIA E RESULTADOS ESPERADOS	<u>No Setor Responsável:</u> Com base na Instrução Normativa do controle interno nº 001/2018, que dispõe sobre os critérios para concessão de diárias, adiantamentos e prestação de contas de recursos financeiros para servidores municipais.
OBJETIVOS	Verificar a aplicação da Instrução Normativa 001/2018/ - Diárias – Adiantamentos – Prestações de Contas.
ESCOPO	Avaliação <i>in loco</i> , por amostragem, envolvendo a análise da documentação junto ao setor.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Durante o exercício de 2019.
LOCAL	Setor Responsável.